

TURISMO E DESTERRITORIALIZAÇÃO NA VILA PREÁ (CRUZ, CE, BRASIL)

Francisco Elitom Rodrigues da Silva¹
Davis Pereira de Paula²

RESUMO

No atual cenário turístico global, observa-se um movimento acelerado de transformação dos espaços costeiros, associado aos fatores econômicos pertinentes aos usos do território. O presente artigo objetiva discutir o fenômeno da desterritorialização associado ao turismo na comunidade costeira da Vila do Preá, situada no litoral de Cruz, costa extremo oeste do Ceará, a partir de estudo de caso, segundo o olhar dos atores locais. A pesquisa fundamenta-se na hipótese de que este fenômeno socioespacial impacta os atores locais de forma heterogênea, em virtude de seus interesses particulares, e que a constituição do território turistificado se dá por meio de um processo dialético. A abordagem metodológica principal foi a dialética, buscando compreender o objeto de estudo em sua natureza integrada. O procedimento técnico-operacional empreendido nesta pesquisa qualifica-a como do tipo quanti-qualitativo, cujos resultados ratificam a hipótese inicial e revelam o caráter paradoxal da turistificação dos territórios costeiros.

PALAVRAS-CHAVE: Turistificação. Território. Negócios de Praia. Comunidade Costeira.

TOURISM AND DETERRITORIALIZATION IN THE PREÁ VILLAGE (CRUZ, CE, BRAZIL)

ABSTRACT

In the current global tourism scenario, there is an accelerated movement of transformation of coastal areas, associated with economic factors relevant to land use. This article aims to discuss the phenomenon of deterritorialization associated with tourism in the coastal community of Vila do Preá, located on the coast of Cruz, on the far west coast of Ceará, based on a case study, from the perspective of local actors. The research is based on the hypothesis that this socio-spatial phenomenon impacts local actors in a heterogeneous way, due to their particular interests, and that the constitution of the touristified territory occurs through a dialectical process. The main methodological approach was dialectical, seeking to understand the object of study in its integrated nature. The technical-operational procedure undertaken in this research qualifies it as quantitative-qualitative, whose results confirm the initial hypothesis and reveal the paradoxical nature of the touristification of coastal territories.

KEYWORDS: Touristification. Territory. Beach Businesses. Coastal Community.

¹Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (PROPGE/Uece); Pós-Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (PROPGE/UVA); Professor efetivo de Geografia na rede pública de ensino municipal de Cascavel-CE; elitomfilosofo@gmail.com

²PhD em Geografia. Professor Adjunto do curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará-UECE. Docente Permanente do PROPGE-UECE. Bolsista de Produtividade do CNPq; davis.paula@uece.br

TURISMO Y DESTERRITORIALIZACIÓN EN LA VILA PREÁ (CRUZ, CE, BRASIL)

RESUMEN

En el actual escenario turístico global, se observa un acelerado movimiento de transformación de los espacios costeros, asociado a los factores económicos pertinentes a los usos del territorio. El presente artículo tiene como objetivo discutir el fenómeno de la desterritorialización asociado al turismo en la comunidad costera Vila do Preá, situada en el litoral de Cruz, en la costa del extremo occidental de Ceará, a partir de un estudio de caso, según la mirada de los actores locales. Se partió de la hipótesis de que dicho fenómeno socioespacial afecta de manera distinta a los sujetos del lugar, conforme a sus propios intereses, y de que los procesos constitutivos del territorio turistificado se dan dialécticamente. Así, se optó por la vía dialéctica como enfoque metodológico principal, considerando el objeto desde una perspectiva de naturaleza integrada. El procedimiento técnico-operativo emprendido en esta investigación la califica como de tipo cuanti-cualitativo, cuyos resultados finales ratificaron la hipótesis inicial y revelaron el carácter paradójico de la turistificación de los territorios costeros.

PALABRAS CLAVE: Turistificación. Territorio. Negocios de Playa. Comunidad Costera.

INTRODUÇÃO

As zonas costeiras abrigam ricos e frágeis ecossistemas, ao passo que são áreas de transição entre terra e mar, com dinâmicas (e. g. naturais e humanas) diversas e complexas. Trata-se de uma zona com elevada vulnerabilidade, cujos recursos humanos, econômicos e ambientais estão em risco em decorrência das alterações climáticas e das intervenções antrópicas associadas ao turismo (ANFUSO et al., 2021; NICOLODI; PETTERMANN, 2011; DOUKAKIS, 2005).

O turismo costeiro é uma das atividades socioeconômicas mais vulneráveis às mudanças climáticas. Concomitantemente, os territórios costeiros estão sob forte pressão populacional e a especulação de capital em detrimento do capital produtivo (COSTA; FONSECA, 2019; BRITTON, 2016). O turismo tornou-se, no mundo atual, uma das atividades sociais e práticas econômicas mais complexas, um forte item de consumo no atual mercado consumidor, com expressivo crescimento nas últimas décadas do século XXI, como reflexo da economia global (FLETCHER et al., 2021; BRITTON, 2016).

Nos últimos tempos, a atividade turística vem assumindo uma lógica de produção, traduzindo-se em um conjunto de práticas socioeconômicas e espaciais, visando a um público consumidor específico. Essas práticas são constituídas sinergicamente entre os setores público e privado, com o envolvimento direto ou indireto dos atores dos territórios receptores. Todavia,

a preparação da base infraestrutural desses espaços para atender aos interesses do mercado turístico cabe, em geral, ao Estado (OURIQUES, 2012; GARCIA, 2016; CRUZ, 2018).

Apesar de ser uma atividade socioeconômica antiga, o turismo ganhou notoriedade global após a Segunda Guerra Mundial como estratégia de recuperação econômica para os países periféricos afetados pelo conflito. Todavia, essa atividade tem causado impactos não só na economia, nas paisagens e nos ecossistemas das áreas receptoras, mas também no modo de vida das populações locais, que são submetidas à lógica de mercado (MENDONÇA; BATALHA; SANTOS, 2003). Na visão de Cruz (2018), o turismo gera um desenvolvimento desigual nos territórios afetados, segundo a lógica do materialismo histórico-dialético de Marx e Engels.

No contexto do progresso dos lugares sob a lógica do turismo como vetor de desenvolvimento social e econômico, a ideia de território enquanto lócus habitual e étnico dos indivíduos perde a sua essência originária e ganha, cada vez mais, a conotação de território-mercadoria (SANFELICI, 2009; OURIQUES, 2012; REIS, 2014; BRATICEVIC; MARTINS JÚNIOR, 2016). Assim, os lugares são submetidos a um processo de ressignificação dos valores de uso e de posse, afetando distintamente o olhar, a perspectiva e a identidade étnica dos sujeitos locais, despertando-lhes interesses diversos acerca do lugar enquanto lócus habitual (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1998; OURIQUES, 2012; HAESBAERT, 2021).

Os efeitos do turismo costeiro são diversos, sendo os positivos frequentemente associados às repercussões econômicas, e os negativos, aos impactos ambientais. De certo, o turismo provoca alterações profundas e empiricamente visíveis nas áreas receptoras, como na costa cearense (FRATUCCI, 2007; VASCONCELOS; CORIOLANO, 2008; BARBOSA, 2010; PINHO; DANTAS; SANTOS, 2019; MARTINS, 2020; PAULA et al., 2021; ALMEIDA; SOARES, 2021).

Na conceção de Cruz (2018), o turismo de massa é considerado um fenômeno social, econômico, cultural e espacial que, no território brasileiro, vem produzindo alterações geográficas particulares relacionadas a equipamentos, serviços, infraestrutura e fluxos de pessoas e capital. Nesse contexto, as alterações dos espaços e do modo de vida das populações tradicionais (e. g. agricultores e pescadores) são evidentes, bem como os impactos ambientais.

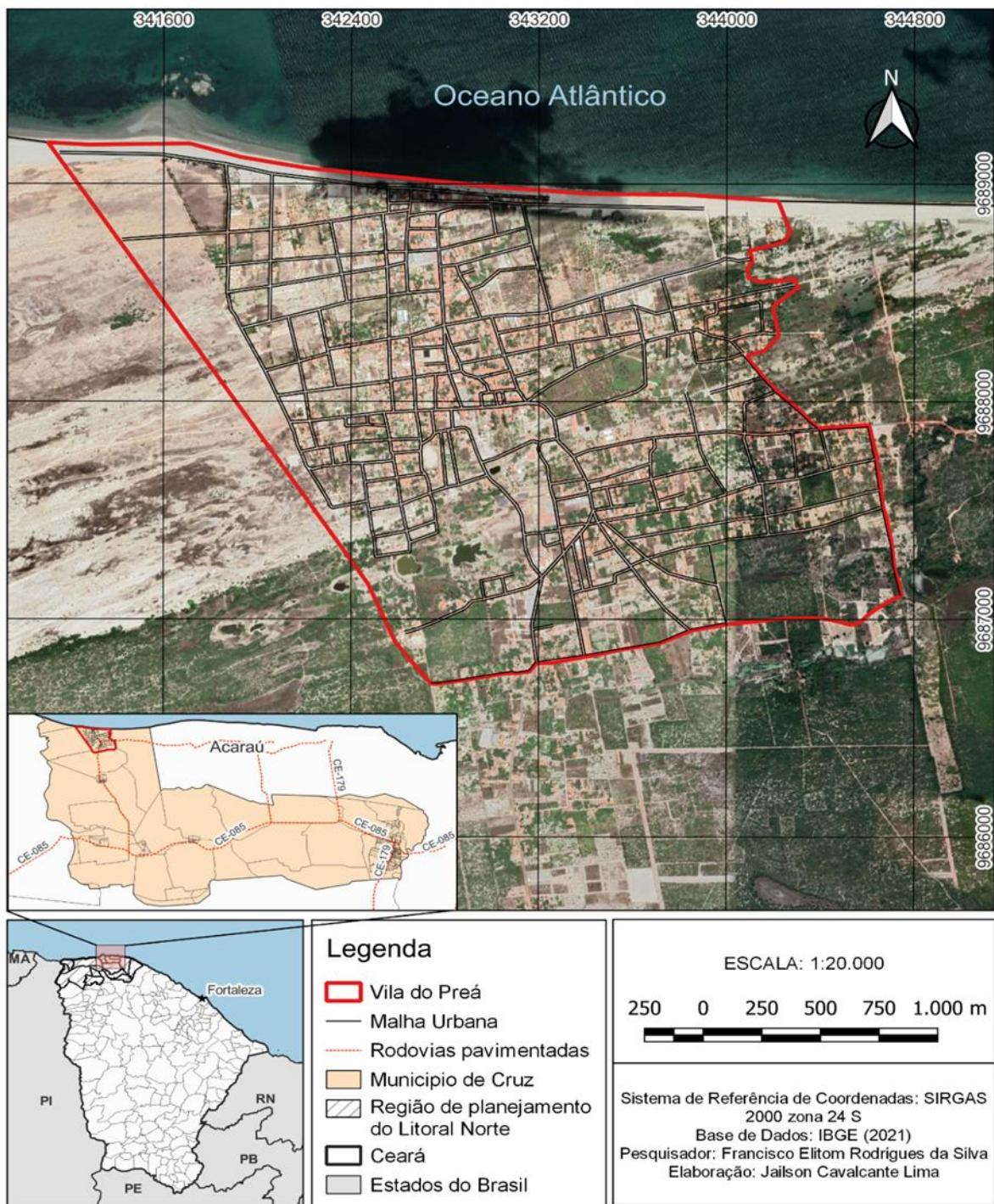
Nesse contexto, segundo Haesbaert (2003), ocorre um processo de desterritorialização das populações tradicionais, que têm seu modo de vida e de produção do espaço substituído

pela cultura de praia, sol e lazer. O autor defende a ideia de desterritorialização no sentido da perda do acesso à terra pelos atores locais, a qual é concebida para além do seu papel de reprodução material, no sentido físico, mas também um lócus de apropriação simbólica do lugar por esses.

Para Haesbaert (2003), o território não deve ser visto apenas como mero recurso analítico elaborado pelo pesquisador, tampouco como simples objeto em sua materialidade, mas, ao mesmo tempo, como recurso ou instrumento de poder e valor que vai além do valor de uso ou de troca, estendendo-se pela valorização simbólica dos lugares, identitária e existencial. O autor visualiza o território em três dimensões: jurídico-política, econômica e cultural. Foi, portanto, nesta perspectiva de território e desterritorialização que se tratou o objeto de estudo em questão.

A partir da perspectiva da desterritorialização dos espaços, associada ao turismo nas áreas costeiras cearenses no século XXI, e dos conflitos socioespaciais gerados, como a expropriação de comunidades tradicionais e suas populações, a privatização de acessos e áreas de praias e dunas e a disputa por espaços públicos. O estudo objetiva, a partir da percepção social dos sujeitos locais, compreender os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da atividade do turismo na comunidade da Vila do Preá no Ceará.

A comunidade costeira da Vila do Preá está localizada no litoral de Cruz, na costa extremo oeste cearense (Figura 1). Outrora um lugar simples de pescadores e agricultores, permanecendo à margem do mercado turístico até meados dos anos 2000, quando então teve início a massificação turística local, a partir da sua inserção no roteiro turístico do litoral cearense em direção ao destino mais conhecido, Jericoacoara.

Figura 01 - Localização da Vila do Preá em Cruz, Ceará (NE, Brasil), litoral extremo oeste.

Fonte: Base de dados do IBGE, 2021

Para efeito deste estudo de caso, partiu-se do entendimento de que o conceito de território não se limita apenas à ideia de poder, dominação e controle político dos espaços, mas também engloba as formas peculiares de produção, a organização econômica, o ordenamento e

o reordenamento das relações dos sujeitos entre si e com o meio, relativas ao uso e ocupação do solo (SOUZA; SILVEIRA; FIGHERA; SCHEFFER, 1998; HAESBAERT, 2003, 2021).

Para melhor discussão e entendimento dos fatos, este artigo está estruturado, além da parte introdutória, em cinco seções: na primeira parte, discute-se o território enquanto construção simbólica e material; na segunda, analisa-se o turismo na perspectiva de mercado e seus reflexos; na terceira, apresenta-se o desenho teórico-metodológico do estudo; na quarta, os resultados e discussões da pesquisa; e, na quinta e última seção, as considerações finais.

O TERRITÓRIO ENQUANTO CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA E MATERIAL

Para Santos, Souza e Silveira (1998) e Haesbaert (2003, 2021), é o uso do território, e não o território em si, que o torna objeto da análise social. Na análise da constituição territorial, devem-se considerar os fatores socioeconômicos e ambientais, bem como os fatores étnicos, relativos aos costumes e valores do lugar, constituídos historicamente no processo de uso e ocupação do solo. O território constitui-se como um espaço múltiplo, complexo e cultural, cuja interpretação deve considerar ainda a valorização simbólica, identitária e existencial.

Segundo Haesbaert (2021) e Fighera (1998), o progresso da estrutura produtiva e social do território sob a lógica de mercado, bem como a delimitação e a segregação dos espaços de produção e circulação, tendem a se tornar cada vez mais complexos, com o surgimento inevitável de limites espaciais ou de fronteiras econômicas, levando à expropriação material e cultural dos lugares afetados, culminando no processo de desterritorialização dos povos locais.

No atual contexto turístico dos territórios costeiros, evidencia-se um processo de desterritorialização das populações tradicionais, em detrimento do avanço da cultura de maritimidade associada ao lazer e ao consumo, segundo a lógica da indústria turística global.

O termo em questão é interpretado à luz do pensamento de Haesbaert (2003). Para ele, a ideia de desterritorialização deve ser enfatizada não só na perspectiva social, mas também nas dimensões política, econômica e cultural. Nesse sentido, a perda do acesso à terra pelos povos tradicionais nas áreas turistificadas deve ser interpretada não somente em seu papel de reprodução material do território, mas também como a perda do locus de apropriação simbólica.

Assim, o processo de desterritorialização dos lugares está ligado à crescente dinâmica de exclusão socioespacial que, na concepção de Haesbaert (2021), é denominada de “aglomerados humanos da exclusão”. Nesse sentido, de acordo com Ganz et al. (2023), na

desterritorialização das comunidades tradicionais, os indivíduos ficam impedidos de construir e exercer controle efetivo sobre o seu território. Todavia, nem sempre isso ocorre com o emprego de força ou violência explícita, mas de forma velada, com a introdução de costumes e valores adversos àqueles tradicionais do lugar, relacionados ao modo de vida e de produção do território.

O TURISMO NA PERSPECTIVA DE MERCADO E SEUS REFLEXOS

Conforme Mendonça, Batalha e Santos (2003), ainda na primeira metade do século XIX, com o advento da evolução dos meios de transporte pós-Revolução Industrial, em 1841, foi lançado o primeiro pacote turístico na Europa, constituído pelos serviços de transporte, acomodação e a satisfação de um novo e desejado destino. Esse fato gerou toda uma cadeia produtiva e deu ao turismo o caráter industrial baseado no conceito fordista de produção; contudo, o seu produto é intangível, diferente do produto da indústria convencional, sensível.

Na visão de Ouriques (2012), nos territórios turistificados, geridos pela lógica de mercado, ocorre uma mercantilização generalizada: desde a apropriação do "lugar ao sol" até a transformação do folclore, dos costumes, dos hábitos e dos valores tradicionais dessas comunidades. Nesse contexto, o Estado exerce papel indispensável na constituição infraestrutural do território para atender às exigências do mercado turístico, convertendo o território em bem escasso e supervalorizado nas franjas litorâneas, com sua excessiva ocupação, transformando-o em um recurso econômico de primeira ordem (SANFELICI, 2009; REIS, 2014).

Os conflitos gerados com a turistificação dos territórios sob a lógica de mercado, que ressalta o seu valor de troca e faz prevalecer a segunda natureza sobre a primeira, ocorrem em lugares habitados por não turistas, que disputam o território com outros pela posse e pelo uso dos espaços. Nesse contexto, a competitividade travada pelos lugares decorre da conjugação de uma série de fatores, dentre os quais se ressalta a segurança associada ao uso turístico como fator de especial relevância na disputa travada entre as áreas receptoras (CAVACO, 2013; OLIVEIRA NETO; BRATICEVIC; MARTINS JÚNIOR, 2016; BRITO; GOUVEIA, 2019).

Além dos conflitos diretos associados ao uso do território, o turismo se configura como um agente catalisador dos impactos socioambientais nas áreas receptoras, causando implicações graves ao modo de produção e de vida no lugar, ao submeter os povos tradicionais à cultura de

maritimidade, alinhada aos valores e interesses do mercado turístico, ignorando os costumes e valores tradicionais do lugar (FRATUCCI, 2007; PINHO; DANTAS; SANTOS, 2019).

Os territórios turistificados representam uma amostra paradoxal do avanço do turismo como atividade econômica e social. Esse fato se evidencia por meio das infraestruturas espaciais associadas à adaptação do território às aspirações do mercado turístico global, transformando os lugares em produtos destinados a públicos específicos (MARTINS, 2020).

O processo de turistificação dos lugares, ao atender aos interesses do mercado, muitas vezes ocorre concomitantemente com a transgressão das leis ambientais e é impulsionado pela especulação imobiliária. Isso facilita o avanço do turismo nas comunidades costeiras, causando a expropriação das populações tradicionais e na descaracterização da paisagem natural das comunidades atingidas.

Todavia, o progresso econômico dos lugares com o advento da atividade turística é, sem dúvida, um ponto positivo da turistificação. Nesse contexto, tem-se a geração de emprego e renda para os residentes, o desenvolvimento infraestrutural, o melhor acesso da população à assistência social, à saúde e à segurança, a criação de áreas de proteção ambiental, dentre outros. Tudo isso se dá pelo olhar mais atento do Estado para o lugar, agora turistificado.

DESENHO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

A proposta desse estudo, nos conduziu pela da dialética como principal abordagem metodológica, associado à visão holística e fenomenológica. O objeto foi trabalhado em sua natureza integrada, usando como procedimentos técnico-operacionais o inquérito por questionário e a história oral. De início, o estudo foi baseado em fontes secundárias. Em seguida, foram coletadas informações primárias através de entrevistas orais e aplicações de formulários estruturados. O processo de aplicação foi conduzido por jovens de uma escola local, que atuaram como entrevistadores.

A amostra populacional foi formada por 488 interlocutores, com idade entre 15 e 80 anos, sendo 356 residentes e 132 visitantes. Dentre os residentes, 18,30% eram estudantes do ensino médio. A maioria dos residentes da amostra tem algum tipo de relação com o mercado turístico da Vila do Preá, atuando como trabalhadores temporários ou indiretamente como autônomos. Os demais integrantes do grupo são pescadores, aposentados e/ou comerciantes. A

maioria dos estudantes, especificamente, trabalha como auxiliar ou instrutor de kitesurf no mercado local.

Os critérios adotados para a escolha da amostra populacional desta pesquisa foram os seguintes: ser residente da vila há mais de dois anos, ter algum tipo de relação econômica com o mercado turístico local (residentes) e ser visitante do lugar (turistas). A escolha do recorte espaço-temporal se justifica pela relevância socioeconômica e territorial que a Vila do Preá adquiriu nas últimas duas décadas. Nesse ínterim, a localidade se consolidou como um dos principais destinos turísticos da costa oeste cearense para prática, especialmente do kitesurf (DA SILVA, 2023).

A pesquisa que deu origem a este artigo teve como base metodológica principal o estudo de caso e a dialética, com o tratamento do objeto na perspectiva de natureza integrada. Os subsídios epistêmico-metodológicos e os procedimentos técnico-operacionais qualificam-no como do tipo quanti-qualitativo, propiciando-nos uma análise dialética e integrada do objeto. Visou-se, assim, identificar os fatores relevantes para a compreensão do fenômeno em causa, na perspectiva dialética fundamentada na concepção de Harvey (2005) e Haesbaert (2003, 2021).

O estudo de caso tem se constituído, cada vez mais, em uma ferramenta metodológica estratégica nas pesquisas de cunho qualitativo, pela sua capacidade de análise profunda do objeto (MARTINS, 2020). Segundo Yin (2001), essa ferramenta constitui-se como uma estratégia metodológica recomendada nos estudos qualitativos quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos no contexto da realidade factual.

A priori, o método dialético pode ser dividido em três partes principais, a partir de uma tese sobre determinado elemento em que se revela sua contradição: a antítese e a síntese (CANETTIERI, 2015). Todavia, para Harvey (2012), existem outras concepções que apontam para o fato de que a dialética nem sempre deve culminar na síntese e na contradição. A ideia de naturalismo-geográfico-dialético, defendida pelo autor como a inter-relação entre o tempo, o espaço, o ser social e a realidade objetiva em sua totalidade, na compreensão geográfica do espaço-território, corrobora para a discussão crítica acerca do objeto de estudo em causa.

Nesta seara, partiu-se da concepção do espaço como uma produção social que se constitui histórica e dialeticamente por meio do trabalho, em um dado recorte espaço-temporal

(LEFEBVRE, 1991, 2008; SANTOS, 1999). Nesse contexto, acredita-se que o espaço, o tempo e os meios de produção constituem fatores sine qua non na formação do sujeito social e na identidade étnica do lugar, enquanto palco da atuação antrópica e de apropriação simbólica.

A análise do objeto, à luz do olhar dos sujeitos locais, ocorreu concomitantemente com a investigação bibliográfica em documentos oficiais e publicações científicas acerca do assunto em causa. As percepções, memórias e concepções dos entrevistados sobre os reflexos do turismo no seu *locus* habitual nos possibilitaram uma análise dialética e mais acurada do objeto.

O tratamento empírico do objeto foi iniciado com a delimitação espacial e o reconhecimento da vila, utilizando registros fotográficos, anotações em caderneta de campo e mapeamento cartográfico. A captação de dados primários foi realizada por meio de um inquérito por questionário e entrevistas orais, gravadas em formato MP3 em um smartphone. A aplicação dessas técnicas permitiu uma abordagem direta aos atores locais, utilizando os métodos de história oral e questionário para coleta de informações locais.

O questionário de pesquisa, submetido à Comissão de Ética da Universidade Estadual do Ceará, sob o número de protocolo CONEP/058806/2021, em 02/06/2021, foi elaborado na plataforma Google Forms, contendo quinze questões divididas em três eixos norteadores: I) socioeconômico; II) o turismo e seus reflexos no território; III) a concepção dos atores locais acerca do turismo e suas implicações socioespaciais. Esse instrumento foi criado segundo a escala de Likert (LUNA, 2012), com 10 questões objetivas, de múltipla escolha, e 5 subjetivas.

As atividades de campo foram realizadas em parceria com os integrantes do projeto “Preá Vila do Kit”, desenvolvido pela Escola Estadual de Ensino Médio EEM Raimunda Silveira de Souza Carneiro. Inicialmente, procedeu-se à capacitação dos estudantes - 37 alunos do ensino médio - por meio de uma oficina de metodologia da pesquisa científica ministrada na referida escola, com duração de 4 h/a, mediante acordo de cooperação entre os pesquisadores, a gestão escolar local e o professor coordenador do supracitado projeto de pesquisa-ação.

Na captação das informações primárias, os estudantes foram divididos em trios para a aplicação dos questionários nos locais públicos da Vila Preá. Cada grupo foi equipado com um aparelho de smartphone com internet móvel 4G para acessar o formulário online na plataforma digital Google Forms. A comunicação durante o trabalho foi realizada por meio do aplicativo

WhatsApp, em grupo criado especificamente para este fim. O aplicativo foi utilizado no estudo como ferramenta de comunicação, armazenamento de informação e apoio logístico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre o fim do século XX (década de 1990) e o início do século XXI, a costa extremo-oeste cearense foi incluída no programa de incentivo ao turismo (PRODETUR/NE I). Nesse contexto, a Vila do Preá, no litoral de Cruz-CE, ficou de fora do programa, sendo contemplada somente na segunda fase do mesmo (PRODETUR/NE II). A partir de então, ocorreu a implementação do turismo na receita regional como uma das principais atividades econômicas e sociais, além da carcinicultura e da produção de energia eólica (FREIRE, 2005).

O FENÔMENO TURÍSTICO NA VILA DO PREÁ, LITORAL DE CRUZ (CE)

No Ceará, destinos de praia como Canoa Quebrada (Aracati), Jericoacoara (Jijoca de Jericoacoara) e Preá (Cruz) tiveram sua descoberta como recurso turístico associada à passagem de mochileiros por tais lugares. Esses aventureiros foram responsáveis por tornar esses locais conhecidos e por abrirem o caminho inicial para uma nova rotatividade de pessoas e de recursos materiais e financeiros para as referidas vilas de pescadores. No caso da Vila do Preá, recorte espacial desta pesquisa, sua descoberta ocorreu nos anos 2000, quando a vila passou a experimentar uma nova dinâmica territorial e econômica, associada à cultura da maritimidade.

A partir de então, a simples comunidade costeira do Preá ganhou notoriedade no mercado turístico regional, tornando-se um dos principais destinos no litoral extremo-oeste cearense nas últimas duas décadas do século XXI, atraindo os mais diversos olhares e investimentos do setor para a região, sobretudo os amantes dos esportes náuticos radicais, como o kitesurf e o windsurf. A Vila do Preá tornou-se referência mundial para grandes eventos internacionais nessa modalidade, como o primeiro Rally de kitesurf mundial, ocorrido entre os dias 8 e 14 de outubro de 2021. A competição inédita teve um percurso total de 500 km na água, com início em São Miguel do Gostoso/Touros-RN e término na Praia do Preá, Cruz-CE.

O kitesurf pode ser considerado, no século XXI, um fenômeno mundial associado às práticas modernas de maritimidade. Contudo, esse esporte náutico tem suas raízes, segundo Hidalgo (2015), nas comunidades costeiras asiáticas do século XII, sobretudo entre pescadores e marinheiros, que utilizavam pipas movidas pelas forças dos ventos em transportes leves e rápidos sobre as águas, geralmente associados às atividades de subsistência. Com o tempo, essas práticas náuticas foram adaptadas para o lazer e tornaram-se um fenômeno mundial.

Segundo Pereira e Dantas (2019), a prática do kitesurf como fenômeno turístico mundial surgiu, em conjunto com outras modalidades do gênero, (final do século XX e o início do século XXI), resultando em circuitos mundiais da modalidade com sedes nos territórios litorâneos europeus, nas costas tropicais da América do Sul e Oceania, destacando-se o litoral de Portugal, Espanha, Brasil e Austrália. No Brasil destaca-se o litoral nordestino, sobretudo a costa cearense, cujas marcas da atividade expressam-se na paisagem local (Figura 2).

Figura 02 - O turismo no território da Vila do Preá e a transformação paisagística local. A) Abertura de loteamentos de alto padrão; B) Aeroporto de Jericoacoara que fica no município de Cruz; C) e D) Infraestruturas de hospedagem turística na Vila do Preá.



Fonte: arquivo do autor, Vila do Preá, 2022

Dentre os diversos fatores considerados indutores do turismo na Vila do Preá, destacam-se: a importante base infraestrutural empreendida pelas políticas públicas de governo, por meio do PRODETUR/NE II, a partir dos anos 2000; o transbordo turístico de Jericoacoara nos períodos de alta temporada para os destinos adjacentes; o clima favorável à prática dos desportos náuticos, como o kitesurf e o windsurf; a implementação de uma sofisticada rede de equipamentos turísticos no território do Preá e adjacências, com hotéis de alto padrão, pousadas

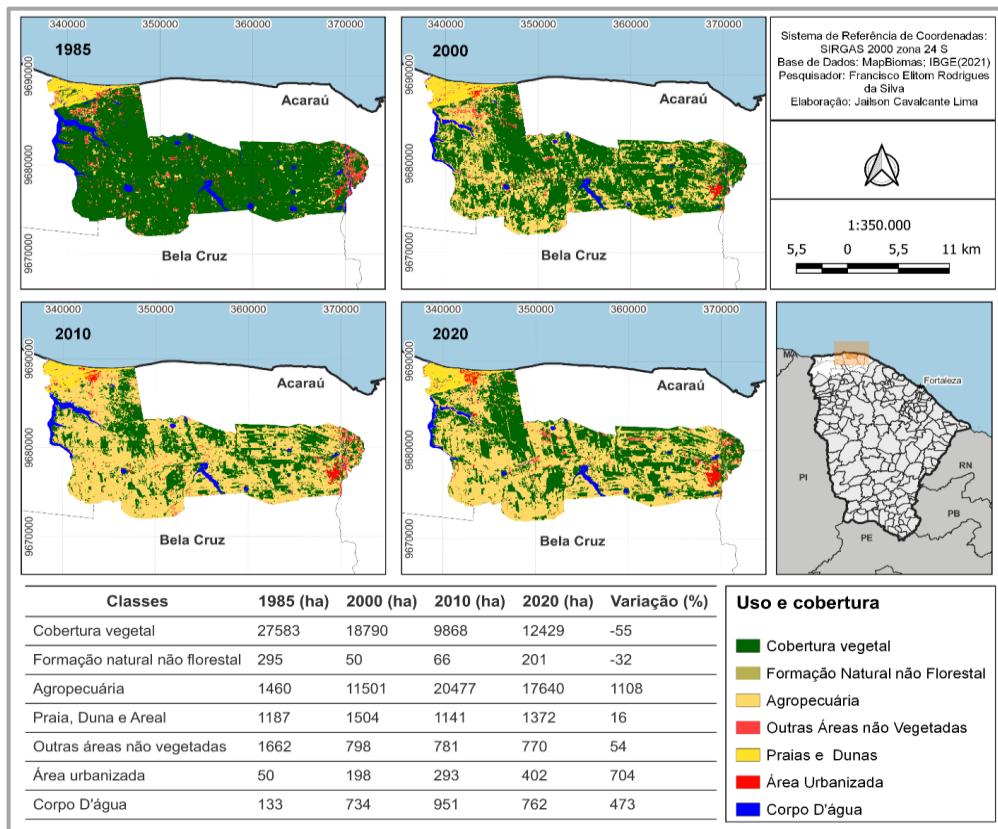
e escolas de kitesurf; e a instalação do Aeroporto de Jericoacoara nas proximidades da vila, inaugurado no ano de 2017, que dinamizou ainda mais os fluxos turísticos na região.

Na Figura 2, tem-se uma amostra espacial das transformações dos espaços da vila associadas ao turismo. Na imagem A (Figura 2), observa-se uma área que foi totalmente desmatada para a implantação de um empreendimento turístico no setor de hospedagem, interligando o aeroporto (imagem B) à orla do Preá. Na imagem C, observa-se a vista frontal de uma das escolas de kitesurf situadas na praia do Preá e, na imagem D, tem-se a vista de um complexo turístico que engloba hospedagem, restaurante e escola de kitesurf. O mesmo, segundo os responsáveis, é pioneiro na difusão do kitesurf no Preá, desde a década de 1990.

O estudo revelou que, por trás do progresso econômico do território do Preá associado ao turismo (perceptível empiricamente no cenário paisagístico do lugar e ratificado pelos dados analisados), a especulação imobiliária se configura como o principal fator de alteração espacial, causando o avanço rápido e dinâmico da urbanização sobre as áreas naturais (Figura 3). Quanto aos ecossistemas marinho e costeiro, a agitação das águas pelas pipas e pelos usuários da praia e do mar, como também a privatização da orla, tem afetado a produção de pescado e o modo de vida da população tradicional do lugar, que tem no mar sua principal fonte de subsistência.

Nos mapas a seguir (Figura 3), no panorama geral, observa-se que houve uma redução substancial da cobertura vegetal nativa da área estudada entre os anos de 1985 e 2020, resultando em uma variação negativa de 55% da cobertura vegetal inicial. No recorte temporal entre os anos de 2000 e 2010, observa-se um substancial redução de 8.922 ha da cobertura vegetal inicial, 52,51% em relação ao ano 2000. No total houve uma redução de 15.154 ha de área inicial. Neste mesmo cenário a redução da cobertura natural não florestal foi de 32%.

No mesmo período amostral (1985 - 2000), a urbanização cresceu mais de sete vezes, uma variação de 352 ha, o que corresponde a um aumento de 704% em relação à cobertura inicial. Entre 1985 e 2000, foi registrado o maior crescimento da urbanização sobre o território do Preá, 148 ha. Todavia, entre 2010 e 2020, observa-se uma pequena regeneração da cobertura vegetal na área de abrangência da APA Lagoa de Jijoca e do Parna de Jericoacoara, criados nos anos 2000.

Figura 03 – Uso e cobertura da terra no município de Cruz-CE (1985-2020)

Fonte: Base de dados do IBGE, 2021

Com a criação das Unidades de Conservação da Natureza, houve toda uma mudança no modo de uso e ocupação dos espaços e na dinâmica territorial, sendo proibida a prática de atividades como a pecuária extensiva e esportes radicais sobre as dunas, o que diminui a tensão antrópica nesses ambientes, viabilizando, assim, a regeneração da cobertura vegetal local.

Conforme as informações do mapa (Figura 3), houve ainda a recuperação, no período entre 2010 e 2020, das áreas de praia, dunas e areia, bem como da formação natural não florestal, e um crescimento substancial da área urbana. Foi observado, no mesmo período, a redução dos corpos d'água na região, o que pode estar associado diretamente com a urbanização do território.

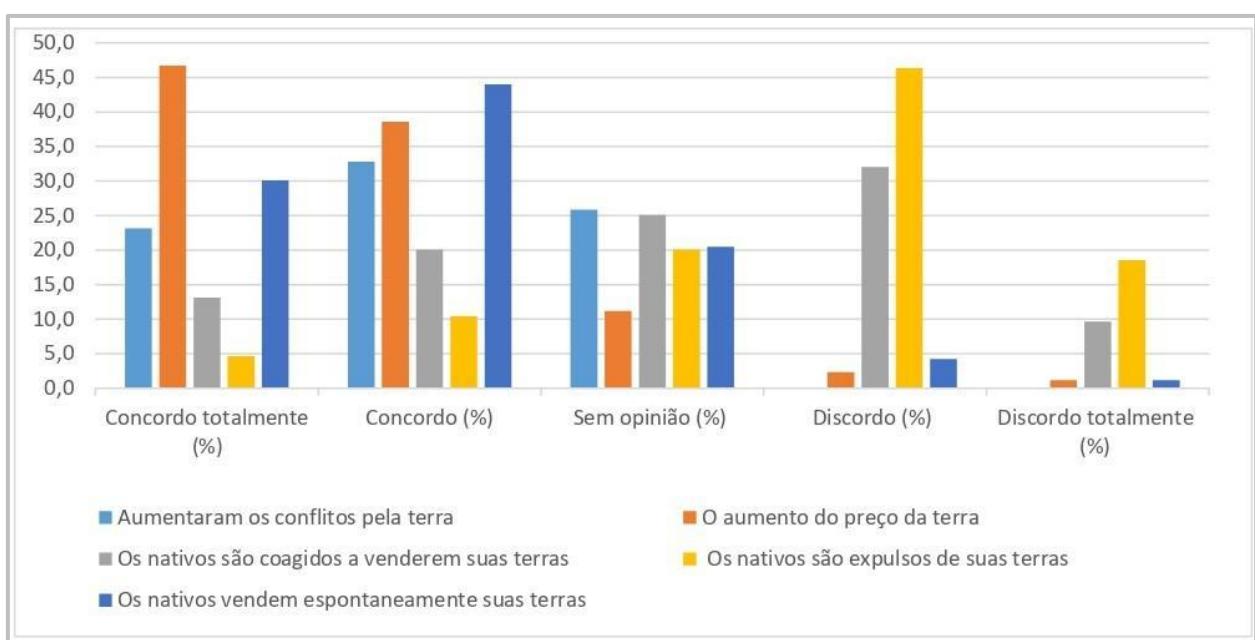
As mudanças socioespaciais e ambientais, visíveis no mapa (Figura 3), coincidem com dois eventos principais: a emancipação política de Cruz, em 1985, e a efetivação do processo de turistificação no seu litoral, nos anos 2000. Esses eventos geraram a necessidade de uma intervenção político-administrativa do Estado para regularizar e gerenciar os usos dos espaços

naturais, por meio da criação de instrumentos jurídicos de proteção ambiental, como os já mencionados.

Apesar dos fatores elencados anteriormente, este estudo aponta para o fato de que a especulação imobiliária no Preá é concebida como um “grande negócio”, tanto para a administração pública local quanto para a iniciativa privada e para os residentes do lugar, os quais concebem a negociação das suas terras, situadas à beira-mar, como uma possibilidade de ascensão social, investindo o dinheiro da venda no turismo local (LEFF, 2001; MEDEIROS; LIMA, 2015; COSTA; FONSECA, 2019; CORIOLANO; BARBOSA, 2010). A especulação imobiliária no Preá é vista, portanto, positivamente pela maioria dos entrevistados (Figura 4).

As evidências do processo de desterritorialização da população tradicional da vila materializa-se nas mudanças do cenário paisagístico local nos relatos dos interlocutores deste estudo de caso (Figura 4). De acordo com os fatos apurados, entende-se que o referido processo se encontra bem avançado, considerando-se o período decorrido desde o início da efetiva turistificação da zona costeira de Cruz, um recorte temporal de cerca de duas décadas.

Figura 04 - Reflexos socioambientais do turismo na Vila do Preá, em Cruz, na perspectiva dos entrevistados



Fonte: pesquisa de campo, Vila do Preá, 2022

Na Figura 4, são observados três eventos, destacando-se as duas primeiras escalas do gráfico, chamam a atenção e estão intrinsecamente correlacionados: I) o aumento do preço da terra; II) a venda espontânea das terras pelos nativos; e III) o aumento dos conflitos associados

à posse da terra. Nota-se, neste cenário amostral, uma série de eventos interligados entre si, os quais revelam o caráter paradoxal do mercado imobiliário em questão: ao mesmo tempo que traz a esperança de melhoria de vida para alguns, é também causa de conflitos entre eles.

Na parte central da praia, é possível observar empiricamente uma série de fatores que indicam a privatização da orla e a expropriação da população local. Entre eles, destacam-se: a) A proibição de pescadores ancorarem suas canoas em frente a barracas e pousadas, ou de acessarem os espaços delimitados por esses empreendimentos; b) A delimitação de áreas na praia e no mar com o uso de cercas na areia e boias na água; e c) Placas que restringem o acesso às barracas apenas a seus clientes.

A especulação imobiliária na orla da Vila Preá (Figura 5) ressignifica, portanto, o lugar e causa a desterritorialização dos moradores tradicionais deste território costeiro, privando-os do uso comum dos espaços de praia como locus habitual e simbólico, contradizendo, desse modo, a legislação Federal nº 7.661/88, art. 10, que regulamenta os usos das praias brasileiras.

Figura 05 - Especulação imobiliária e expropriação dos espaços na Vila do Preá



Fonte: Arquivo do autor, Vila Preá, 2022

A Figura 5 ilustra as transformações do território e a alteração de seu uso. A imagem A evidencia a apropriação da orla pelo turismo, onde o acesso à praia é restrito aos clientes das barracas. A imagem B mostra a sede de uma das principais imobiliárias. Na imagem C, é possível ver uma área privatizada em um campo de dunas. Por fim, a imagem D retrata uma área de uso tradicional de pescadores, mas com uma cerca ao fundo, indicando a privatização de uma porção do campo de dunas.

O cenário paisagístico da Vila do Preá denuncia um avanço desordenado da urbanização associada ao turismo sobre as áreas vulneráveis a grandes pressões antrópicas, como os campos de dunas, as áreas lagunares e a faixa de pós-praia. Todavia, segundo o estudo, apesar desses fatores, a maioria dos entrevistados acredita que o turismo constitui um fator positivo para o lugar. A visão deles acerca do fenômeno analisado justifica-se pelos fatores econômicos imediatos, associados à geração de postos de trabalho no local. Todavia, apesar de não exigirem muita qualificação, as ocupações são, em geral, secundárias, sazonais e de baixa remuneração.

O estudo revelou que os sujeitos locais têm consciência dos impactos causados pela especulação imobiliária no Preá, contudo vislumbram no mercado turístico local uma oportunidade de geração de renda por meio da especulação imobiliária, o que tem gerado conflitos entre os nativos, associados à posse da terra, com invasão de áreas proibidas. Tal fato revela o caráter paradoxal e dialético da turistificação no território da Vila do Preá. Neste contexto, os nativos, ao mesmo tempo em que contribuem para a expansão territorial do turismo na Vila do Preá, são excluídos do seu locus habitual/desterritorializados, tendo que migrar para as áreas adjacentes à vila, como a comunidade Cavalo Bravo, onde tentam um novo começo e formam novos territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, considera-se que os fatores analisados neste estudo apontam para a ratificação da hipótese inicial, de que há um processo de desterritorialização da população tradicional intrínseco à turistificação da Vila Preá, recorte espacial da pesquisa, em nível avançado. Neste cenário, a população tradicional do lugar vem sendo (re)territorializada nas áreas rurais adjacentes à Vila do Preá, como é o caso da Vila Cavalo Bravo, que tem recebido a maior parte do contingente populacional desterritorializado. Neste novo território, os antigos moradores da Vila do Preá passam a ressignificar seus costumes e valores, associados aos usos e à ocupação dos espaços vinculados à maritimidade.

O processo de turistificação afeta os sujeitos de forma distinta, como evidenciado pela maior presença de estrangeiros e brasileiros de outras regiões como proprietários de empreendimentos turísticos na Vila do Preá. Localizados principalmente na orla, esses estabelecimentos privam os antigos moradores do uso comum e integral da praia. Como resultado, a população local precisa percorrer longas distâncias para ter acesso à faixa de areia, longe das barreiras (como cones, cercas e boias) que demarcam o espaço privativo do capital na Vila do Preá.

O estudo revelou que a maior parte da população nativa da vila Preá não reside mais no lugar. Para alguns, a vila, outrora de residência e trabalho, passou a ser um local apenas de trabalho. Apesar destes terem passado a viver nas áreas interioranas, mais afastadas da vila, continuaram tendo um vínculo com o lugar, mas agora apenas como trabalhadores do mercado turístico local. Neste contexto, a antiga vila de pescadores tornou-se um lugar agitado pelos fluxos de pessoas e veículos nas duas últimas décadas. Assim, considera-se que tudo isso leva a uma ressignificação do lugar, tanto do ponto de vista econômico, quanto cultural, social e ambiental.

Considerando-se o caráter sazonal da atividade turística e mercadológico da especulação imobiliária, associado à lógica de mercado, a turistificação da Vila do Preá, segundo os entrevistados, pode ser considerada um mal necessário, uma via de mão dupla, na medida em que proporciona o progresso econômico do lugar e, ao mesmo tempo, promove a descaracterização ambiental e a alienação dos sujeitos do seu lócus habitual, levando a perda da identidade étnica com o lugar.

Para não concluir, considera-se que os resultados do estudo apontam para a conclusão de que o processo de turistificação no território da Vila do Preá é responsável pela ressignificação socioespacial, econômica e cultural não só do lugar, mas também das áreas no seu entorno.

Neste contexto, considera-se que a desterritorialização da comunidade tradicional da referida vila costeira e sua reterritorialização nas áreas adjacentes à mesma são consequências de um processo dialético, paradoxal e irreversível, crescente na costa cearense nas duas últimas décadas do corrente século. Neste cenário, os povos tradicionais configuram-se como parte importante do processo. Todavia, entende-se que este estudo, por si só, não tem subsídios

suficientes para esgotar-se a temática em análise, mas que constitui base epistemológica importante para futuros estudos que visem aprofundar-se sobre o tema para melhor dirimi-lo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. B.; SOARES, J. R. R. A atratividade do vento radical atrelada à responsabilidade social: inovações no turismo costeiro. **Opportunities for Innovation and Entrepreneurship in Community Tourism**, p. 37-55, 2021.
- ANFUSO, G. et al. Coastal sensitivity/vulnerability characterization and adaptation strategies: a review. **Journal of Marine Science and Engineering**, v. 9, n. 72, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/jmse9010072>. Acesso em: 9 fev. 2023.
- BRITO, M.; GOUVEIA, J. A problemática dos riscos costeiros no âmbito do turismo costeiro e marítimo: o caso do município de Odemira. *Geografia, Riscos e Proteção Civil. Homenagem ao Professor Doutor Luciano Lourenço*. Coimbra: Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, 2019.
- BRITTON, S. Turismo, capital e lugar: rumo a uma geografia crítica do turismo. **Geography, Urban, Studies & Planning**, v. 9, n. 4, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1068/d090451>. Acesso em: 9 fev. 2023.
- CANETTIERI, T. Breves notas sobre o materialismo histórico-geográfico-dialético. **Territorial - Caderno Eletrônico de Textos**, v. 5, n. 7, 10 set. 2015. Disponível em: <https://www.cadernoterritorial.com/news/breves-notas-sobre-o-materialismo-historico-geografico-dialeitico-thiago-canettieri/>. Acesso em: 9 fev. 2023.
- CAVACO, C. Territórios de turismo. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, n. 20, p. 51-67, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.34624/rtd.v0i20.12465>. Acesso em: 9 fev. 2023.
- CORIOLANO, L. N. M. T.; BARBOSA, L. M. Turismo e especulação imobiliária no litoral cearense. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 7., 2010, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: UAM, 2010.
- COSTA, W. F.; FONSECA, M. A. P. Lazer, turismo, especulação imobiliária e conflito territorial entre São Miguel do Gostoso e Touros (RN). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v13i3.1587>. Acesso em: 9 fev. 2023.
- CRUZ, R. de C. A. da. Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. **Confins: Revue franco-brésilienne de géographie**, n. 36, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/13334>. Acesso em: 2 ago. 2025.
- DA SILVA, F. R. Análise diacrônica do processo de massificação turística no litoral de Cruz-CE: impactos sociais e transformações ambientais (Tese). UECE, Fortaleza, 2023.

DOUKAKIS, E. Coastal vulnerability and risk parameters. **European Water**, v. 11/12, p. 3-7, 2005. Disponível em: https://www.ewra.net/ew/pdf/EW_2005_11-12_01.pdf. Acesso em: 9 fev. 2023.

FIGHERA, D. T. Estado e território: suas relações e a globalização. In: FIGHERA, D. T. **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec-Ampur, 1998.

FLETCHER, R. et al. Caminhos para o turismo pós-capitalista. **Geografias do Turismo**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14616688.2021.1965202>. Acesso em: 9 fev. 2023.

FRATUCCI, A. C. Os processos de turistificação do espaço e a atuação dos seus agentes produtores. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 10., 2007, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: ENTBL, 2007.

FREIRE, L. L. R. **Modelo de avaliação do PRODETUR/NE-III: base conceitual e metodológica**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

GARCIA, A. G. A. *Gestão de recursos humanos na indústria do turismo em Portugal: tendências futuras do capital humano: um estudo exploratório em unidades hoteleiras no distrito de Coimbra*. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos) – Instituto Politécnico do Porto, Vila do Conde, 2016.

GANZ, T. M.; STEFENON, D. L. O mapeamento colaborativo e a mobilização de conhecimentos geográficos poderosos na escola. **Geousp**, v. 27, n. 3, set./dez. 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/204972>. Acesso em: 5 fev. 2024.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **GEographia**, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2012.v14i28.a13641>. Acesso em: 9 fev. 2023.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739>. Acesso em: 2 fev. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: história de Cruz-CE. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/cruz/panorama>. Acesso em: 9 fev. 2023.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, I. C. *Os ventos da maritimidade no litoral do Ceará - Brasil: reflexos dos fluxos de veículos no Parque Nacional de Jericoacoara.* 2007. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

LUNA, S. M. M. Manual prático para o desenho da escala Likert. *Xihmai*, v. 4, n. 2, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.37646/xihmai.v2i4.101>. Acesso em: 9 fev. 2023.

MARTINS, C. S. *Territórios turísticos em áreas costeiras: o resort: entre o produto turístico, o produto imobiliário e o produto urbanístico.* 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisa no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, p. 9-18, abr. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34702>. Acesso em: 8 jun. 2021.

MEDEIROS, V. G.; LIMA, V. M. F. Turismo em Ponta Negra e os sistemas de espaços livres: inércia urbana e especulação imobiliária. **Cidades Verdes**, v. 3, n. 8, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.17271/23178604382015987>. Acesso em: 9 fev. 2023.

MENDONÇA, M. C. A.; BATALHA, M. O.; SANTOS, A. C. A indústria do turismo: história, características e tendências. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 5, n. 1, 2003. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/9030>. Acesso em: 9 fev. 2023.

NICOLODI, J. L.; PETTERMANN, R. M. Vulnerability of the Brazilian coastal zone in its environmental, social, and technological aspects. **Journal of Coastal Research**, v. 64, p. 1372-1379, 2011. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/2080>. Acesso em: 9 fev. 2023.

OLIVEIRA NETO, A. F.; BRATICEVIC, S. I.; MARTINS JÚNIOR, C. A. A produção do território. **Geofronter**, v. 2, n. 1, p. 136-150, 2016. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/1272>. Acesso em: 9 fev. 2023.

OURIQUES, H. R. O turismo internacional na economia-mundo capitalista: elementos para uma crítica. **Acta Scientiarum: Human and Social Sciences**, v. 34, n. 2, p. 147-157, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v34i2.17005>. Acesso em: 9 fev. 2023.

PAULA, D. P. et al. Erosão costeira e turismo: o caso da distribuição dos alojamentos turísticos e suas diárias. **Geography, Environment, Sustainability**, v. 14, n. 3, p. 110-120, 2021.

PEREIRA, A. Q. P.; DANTAS, E. W. C. Dos banhos de mar aos esportes nas zonas de praia e no mar. **Sociedade & Natureza**, v. 31, p. 1-24, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/SN-31-2019-46981>. Acesso em: 9 fev. 2023.

PINHO, T. R. R.; DANTAS, E. W. C.; SANTOS, J. O. Turismo e sustentabilidade em comunidades costeiras: reflexões sobre mudanças socioambientais em Jericoacoara (CE) e

Barreirinhas (MA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 12, n. 4, p. 531-562, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.34024/rbécotur.2019.v12.6698>. Acesso em: 9 fev. 2023.

REIS, A. F. Do planejamento integral à integração ao território e à paisagem: o Estado e a criação do espaço turístico em ambientes costeiros. **Labor & Engenho**, v. 10, n. 1, p. 101-115, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20396/lobore.v10i1.8644335>. Acesso em: 9 fev. 2023.

SANFELICI, D. M. *A produção do espaço como mercadoria: novos eixos de valorização imobiliária em Porto Alegre/RS*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, v. 13, n. 2, 1999. Disponível em: <https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=35456>. Acesso em: 9 fev. 2023.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec-Ampur, 1998.

SCHIFFER, S. R. A globalização da economia e o território nacional: indagações prospectivas. In: SCHIFFER, S. R. **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec-Ampur, 1998.

VASCONCELOS, F. P.; CORIOLANO, L. N. M. T. Impactos socioambientais no litoral: um foco no turismo e na gestão integrada da zona costeira no Estado do Ceará/Brasil. **Journal of Integrated Coastal Zone Management**, v. 8, n. 2, p. 259-275, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5894/RGCI134>. Acesso em: 9 fev. 2023.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.